

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Elen Jacques Marcelo Ceratti

**A INDÚSTRIA E O MERCADO DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO
SUL: as transformações das últimas décadas**

Porto Alegre

2013

Elen Jacques Marcelo Ceratti

**A INDÚSTRIA E O MERCADO DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO
SUL: as transformações das últimas décadas**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Luis Augusto Estrela Faria

Porto Alegre
2013

Elen Jacques Marcelo Ceratti

**A INDÚSTRIA E O MERCADO DE TRABALHO NO RIO GRANDE DO
SUL: as transformações das últimas décadas**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 01 jul. 2013.

Prof. Dr. Luiz Augusto Estrella Faria – Orientador

Prof. Dr. Carlos Schmidt – UFRGS

Prof. Dra. Marcilene Aparecida Martins – UFRGS

Para minha mãe, minha irmã e meu marido, pessoas que estiveram ao meu lado durante essa jornada me apoiando e me incentivando para que, apesar das dificuldades, permanecesse firme em meus objetivos e especialmente a minha avó, pessoa amada que muito contribuiu para que eu me tornasse o que hoje sou.

RESUMO

Esta monografia realiza um estudo exploratório sobre o mercado de trabalho industrial no Rio Grande do Sul nas últimas décadas. Tem como objetivo analisar as transformações econômicas do período e o impacto sobre o emprego na indústria de transformação gaúcha. Foi realizado um estudo com base em referencial teórico de diversos autores, sobre a indústria, mercado de trabalho, planos econômicos e na utilização de dados estatísticos. Inicialmente, é feita a reconstituição histórica da formação da indústria e do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, na segunda parte é realizada a caracterização do emprego industrial no Estado e na terceira parte é feita a análise dos impactos que as transformações econômicas das últimas décadas tiveram sobre o mercado de trabalho industrial. Os resultados indicam queda do emprego no setor industrial gaúcho sobre o emprego total, causado pelo aumento da produtividade da força de trabalho decorrente do processo de reestruturação produtiva.

Palavras-chave: Indústria gaúcha. Mercado de trabalho. Planos econômicos. Abertura comercial. Reestruturação produtiva.

ABSTRACT

This monograph conducts an exploratory study on the industry labor market in Rio Grande do Sul in recent decades. Aims to analyze the economic transformations of the period and the impact on employment in the manufacturing industry in the State. The study was conducted with basis on the theoretical framework of various authors on the industry, market labor, economic plans and use of statistical data. Initially, it was made historical reconstruction of industry training and labor market in Rio Grande do Sul, in the second part is held characterization of industrial employment in the state and in the third part an analysis is made about the impact that the economic transformations of the last decades had on the industrial labor market. The results indicate employment decrease in the industrial sector on total employment, caused by increased productivity of the workforce due to productive process restructuring.

Keywords: Rio Grande do Sul industry. Labor market. Economic plans. Trade opening. Productive restructuring.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Resultados Gerais do Inquérito Industrial – RS e SP – 1907.....	20
TABELA 2 – Número de estabelecimentos, pessoal ativo e valor da produção – RS e SP –1941.....	21
TABELA 3 – Comparativo número de estabelecimentos e pessoal ocupado, RS e SP, censos industriais 1960 – 1970.....	22
TABELA 4 – Estabelecimentos e pessoal ocupado no RS – censos Industriais 1970, 1975, 1980 e 1985.....	23
TABELA 5 – Evolução do emprego formal, por gêneros da indústria de transformação, no RS – 1989-97.....	24
TABELA 6 – Estrutura setorial do emprego no RS de 1985 – 2011.....	27
TABELA 7 – Distribuição percentual do emprego industrial, por subsetores de atividade, no RS e no Brasil — 1985 e 2008.....	28
TABELA 8 – Participação percentual no emprego por subsetores da indústria e por gênero no RS — 1985 e 2008.....	30
TABELA 9 – Média etária nos subsetores da indústria no RS e no Brasil – 1985 e 2008.....	31
TABELA 10 – Número médio de anos de estudo nos subsetores da indústria no RS e no Brasil – 1985 e 2008.....	32
TABELA 11 – Variação percentual do emprego formal nos subsetores da indústria de transformação do RS — 1985-1993.....	37
TABELA 12 – Distribuição do número de estabelecimentos industriais, por porte, no RS e no Brasil - 1989-1993.....	39
TABELA 13 – Variação percentual do emprego formal nos subsetores da indústria de transformação do RS — 1994-1999.....	41
TABELA 14 – Variação percentual do emprego formal nos subsetores da indústria de transformação do RS — 2000-2008.....	42
TABELA 15 – Distribuição do número de estabelecimentos industriais, por porte, no RS e no Brasil — 1994-2008.....	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA E DO EMPREGO INDUSTRIAL NO RIO GRANDE DO SUL.....	11
2.1 A HISTÓRIA DA INDÚSTRIA GAÚCHA.....	11
2.2 O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NA INDÚSTRIA GAÚCHA.....	19
3 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL NO RIO GRANDE DO SUL.....	26
3.1 ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL POR GÊNERO.....	29
3.2 ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL POR MÉDIA ETÁRIA	30
3.3 ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL POR ANOS DE ESTUDO.....	32
4 AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E O IMPACTO SOBRE O EMPREGO INDUSTRIAL GAÚCHO.....	34
4.1 DA CRISE DOS ANOS 80 À LIBERALIZAÇÃO DOS ANOS 90: IMPACTOS SOBRE O EMPREGO INDUSTRIAL.....	35
4.2 O PLANO REAL E OS IMPACTOS NO EMPREGO INDUSTRIAL.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho industrial no Rio Grande do Sul, ao longo da história do estado, tem se modificado seguindo as tendências evolutivas do setor, buscando adaptar-se às suas necessidades, incentivos e progresso. Essas modificações tanto quantitativas, quanto qualitativas são reflexos das necessidades de crescimento e modernização, assim como da evolução tecnológica correspondente a cada época.

Para entender essa problemática é preciso debruçar-se inicialmente sobre a história do estado que em seus primórdios teve como base econômica as atividades agropecuárias voltadas para atender o mercado local num primeiro momento e posteriormente esteve empenhada em abastecer os mercados dos outros estados brasileiros, cumprindo por muitos anos o papel de “celeiro do país”.

A indústria gaúcha teve a sua formação atrelada à base agropecuária inicial. Portanto, pode-se afirmar que desde sua formação a indústria gaúcha e seu mercado de trabalho possuem particularidades próprias em relação à indústria nacional. Essas características particulares foram em grande parte originadas do excedente da produção colonial dos imigrantes alemães inicialmente e posteriormente italianos.

Com base neste sistema de produção regional, caracterizado por pequenos estabelecimentos com mão-de-obra familiar, a indústria no Rio Grande do Sul se desenvolveu voltada para o mercado regional. Com isso, esteve quase que completamente alheia ao projeto de industrialização nacional.

Isso começou a mudar em virtude das transformações políticas que o Brasil começou a viver a partir da década de 1930, momento histórico em que a indústria no Rio Grande do Sul começou paulatinamente a ser integrada à dinâmica econômica nacional, buscando espaço no restante do País e se consolidando em virtude de sua estreita ligação com o setor agropecuário.

A partir dessa crescente integração da economia gaúcha ao panorama industrial brasileiro, este setor da economia do estado passou a vivenciar todas as experiências evolutivas pelas quais tem passado a economia nacional até chegar à década de 80 e a mudança dos paradigmas produtivos subsequentes que determinaram a inserção da indústria no mercado mundial através do fenômeno da

globalização e suas conseqüências que ditaram os rumos até os dias atuais para a economia global e as economias regionais.

Assim, o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, tem acompanhado os fenômenos ocorridos no restante do Brasil, sofrendo fortes impactos a partir das transformações políticas, econômicas e sociais vivenciadas nas últimas décadas pelo país e pelo mundo. Com isso, observa-se que foram se alterando as características do emprego e, em conseqüência, o perfil da força de trabalho da indústria gaúcha.

Para entender o fenômeno, é necessário que se faça uma explanação da evolução da indústria e do seu emprego em nosso estado. Essa evolução oportuniza uma análise mais detida das características desse mercado de trabalho industrial nos últimos anos e, num terceiro momento, é necessária discussão a cerca do impacto das transformações políticas sobre o emprego industrial gaúcho.

Deste modo, o presente trabalho foi iniciado estudando-se a formação histórica da indústria e do mercado de trabalho industrial, por entender-se que uma análise histórica é fundamental para a compreensão da estrutura atual, determinando através da revisão bibliográfica as particularidades do setor e a forma como a indústria regional interage com o restante do país.

As características do mercado de trabalho industrial no Rio Grande do Sul são determinadas através do levantamento de dados sobre o mercado de trabalho; sobre a participação do emprego na indústria de transformação no emprego total e sobre a distribuição entre os subsetores da indústria. Complementarmente, é necessário também que seja feita a qualificação deste emprego, analisando por gênero, média etária e escolaridade.

Finalmente, para que o entendimento da problemática em questão seja atingido de maneira mais abrangente e completa, entende-se que seja importante visualizar os aspectos que afetaram profundamente o mercado de trabalho industrial gaúcho, como as transformações políticas, econômicas e institucionais das últimas décadas, aí entendidas as décadas de 80, 90 e a primeira década do século XXI, tais como a crise econômica dos anos 80, as tentativas de estabilização na forma dos sucessivos planos econômicos implementados no período e a adoção de políticas liberais nos anos 90 e a abertura econômica.

Ao cabo desta análise detalhada sobre o tema no período de 1985 à 2008, o presente trabalho é concluído com a intenção de levantar os aspectos

determinantes e distintivos da evolução estudada como: oferta e demanda da mão de obra no setor, evolução da estrutura produtiva, perfil do emprego, escolaridade demandada, faixa etária dos trabalhadores, diversidade de gêneros, migração da mão de obra para outros setores da economia e os subsetores que mais absorveram força de trabalho no período.

2 A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA E DO EMPREGO INDUSTRIAL NO RIO GRANDE DO SUL

2.1 A HISTÓRIA DA INDÚSTRIA GAÚCHA

A região correspondente ao atual estado do Rio Grande do Sul esteve fora dos interesses exploratórios da coroa portuguesa por quase dois séculos, a ocupação do território deu-se através da disputa com a colônia espanhola pelo gado selvagem, utilizado para alimentação e como tração na região mineradora de Minas Gerais, e pela Bacia do Prata, ponto de escoamento da produção colonial espanhola, criando um território fortemente militarizado e latifundiário.

De acordo com Targa (1991), a principal atividade econômica na região consolidou-se como a pecuária, fornecendo charque para alimentação da mão-de-obra escrava no país. Devido ao conflito gerado pela falta de proteção do charque gaúcho frente ao uruguaio, o Império optou pela atração de famílias açorianas na tentativa de formação de pequenas propriedades e criação de mão-de-obra livre para diminuir o poder dos grandes proprietários existentes na região que contestavam o poder central. Esta tentativa provou-se um fracasso, pois os açorianos acabaram por tornarem-se senhores de escravos (OBERACKER JR., 1985, p.221 *apud* TARGA, 1991). O Império atingiu este objetivo somente a partir da colonização alemã e italiana.

Destes, os primeiros imigrantes a chegarem ao estado foram os Alemães em 1824, assentados em pequenos lotes de terra produziram excedentes, criando uma rede comercial que passou a fazer parte do mercado nacional por volta de 1870. Com a chegada do colono italiano, a partir de 1875, as redes comerciais já estavam instituídas para o escoamento de sua produção. Juntamente com a produção agrícola, os colonos desenvolveram produtos artesanais, altamente diversificados, como tecidos, farinhas, banha, vinho, ferramentas para lavoura, cigarros, tijolos, sapatos e etc. (PESAVENTO, 1985).

O surgimento da indústria gaúcha e sua relação com a economia nacional possuem particularidades determinantes para a compreensão do desenvolvimento do setor. A existência de acumulação de capital, decorrente do comércio dos

produtos da economia colonial imigrante e a deficiência do sistema de transportes no período possibilitou o desenvolvimento de uma indústria de bens de consumo não-duráveis diversificada, voltada para o mercado regional.

A acumulação de capital originada destas trocas comerciais possibilitou o surgimento de estabelecimentos industriais de pequeno porte no interior, como fabricação de vinho, banha e artigos de couro; aqueles localizados de forma intermediária entre os lotes coloniais do interior e a capital, como São Leopoldo, Novo Hamburgo, São Sebastião do Caí, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul e Montenegro tiveram maior importância, a maior acumulação de capital deu-se em Porto Alegre por ser o exportador dos produtos coloniais e o importador de produtos manufaturados e de maquinário para a indústria (PESAVENTO, 1985).

No sul do estado, principalmente Rio Grande e Pelotas, a indústria possuía um perfil diferente da região colonial e metropolitana, com predominância de estabelecimentos de médio e grande porte, porém em menor número, com produção voltada para os setores têxtil, alimentação, fumo e couro e destinada aos mercados regionais do resto do país, facilitada pela vantagem da localização do porto marítimo (HERRLEIN, 2000).

Desde o início do processo de industrialização podemos notar as particularidades do processo de industrialização gaúcho frente ao que ocorria simultaneamente no restante do país, enquanto a base do surgimento dos estabelecimentos industriais no estado foi vinculada à economia imigrante, no eixo Rio-São Paulo a base de formação da indústria era constituída pelo excedente da economia agro-exportadora do café, centro dinâmico da economia nacional.

O período da República Velha é marcado pelo aumento da produção industrial ocasionado pelo aumento do número de empresas decorrente da política econômica do Encilhamento. Esta política tinha o intuito de proteger a exportação cafeeira e consistia no aumento do meio circulante através de emissão de papel-moeda e expansão do crédito, como consequência, o câmbio foi desvalorizado, ao mesmo tempo em que foram elevadas as taxas de importação. De acordo com Pesavento (1985, p.48):

Em síntese, é possível constatar que, na época do primeiro surto industrial, batizado pelos efeitos do Encilhamento, houve um aumento da produção, condicionado pelo aumento do número de empresas. Pode-se inclusive dizer que, em condições de baixa

cambial, encarecimento do produto importado e facilidades de crédito, o investimento na indústria tornou-se atraente. Entretanto, desde esta época a liderança do processo ficaria a cargo de um reduzido número de empresas que, independentemente das oscilações do câmbio, dos rumos da política econômico-financeira federal, foram progressivamente expandindo-se em termos de capital, força motriz, número de operários e valor da produção.

No início do século XX, o governo deu início a uma política de estabilização cambial como forma de saneamento da moeda e controle dos compromissos financeiros assumidos internacionalmente, que pôs fim a expansão industrial proporcionada pela política do Encilhamento. A valorização cambial permitiu que empresas de maior porte importassem bens de capital, melhorando a tecnologia empregada na produção. Segundo Pesavento (1985, p.55):

As maiores cervejarias da época, por exemplo, passaram a adotar o método da baixa fermentação das câmaras frigoríficas. Foi o caso de Christoffel, Bopp, Sassen e Ritter. No setor metal-mecânico, as fundições de Eberle e Berta adquiriram máquinas na Alemanha e Inglaterra, aumentando sua capacidade produtiva de diversificando a linha de artigos fabricados. Da mesma forma, atuaram as maiores cantinas da área colonial italiana (Dreher, Michielon, Mosele, Pieruccini e Peterlongo), bem como as principais refinarias de banha (Renner Grecco, Otero Gomes, França) e as maiores indústrias têxteis do estado (União Fabril, Fiaterci), que, além de adquirirem máquinas do exterior, realizaram significativos aumentos de capital.

A Primeira Guerra Mundial teve como efeito a retração do comércio internacional o que estimulou a produção interna de bens manufaturados, somado a isso, a compra de café por parte do governo que era realizada através de endividamento externo passou a contar com a emissão de moeda, desvalorizando o câmbio e dificultando ainda mais a importação.

Houve novamente a proliferação de pequenas indústrias, porém, de baixo nível tecnológico. As maiores beneficiadas foram as empresas que, no período anterior, investiram na aquisição de maquinário e tecnologia estrangeira. As restrições do mercado internacional ao mesmo tempo em que estimulava a produção interna de produtos antes importados e diminuía a concorrência, levou o governo a aumentar a tributação elevando os custos de produção, dificultando o desenvolvimento das pequenas empresas. Outro fator importante do período consiste na deficiência do sistema de transportes, que assegurava o mercado regional, mas trazia dificuldades as empresas que atendiam ao mercado nacional,

situação que passaria a sofrer intensas transformações a partir da retomada, por parte do governo, do porto de Rio Grande, em 1919, e da Viação Férrea, em 1920 (PESAVENTO, 1985).

O fim da guerra e a recuperação dos países europeus tiveram como conseqüência a queda da demanda e a diminuição dos preços, a política econômica subsequente foi de redução do crédito e estabilização econômica, o que dificultou ainda mais a manutenção das empresas de menor porte.

Segundo Pesavento (1985, p. 64):

A década de 20 foi assim marcada pela concentração de capitais e pela diminuição do número de estabelecimentos industriais. Em termos de realidade gaúcha, a etapa se caracterizou pela ampliação das firmas de maior porte já existentes, que realizaram aumentos de capital e investiram em aquisição de tecnologia no exterior, uma vez restabelecidas as condições de câmbio favorável.

A crise da economia cafeeira tornou mais atraente os investimentos no ramo industrial, impulsionando o desenvolvimento no setor, a partir deste momento os produtos industriais paulistas passaram a entrar no mercado regional gaúcho acentuando a defasagem deste último em relação ao primeiro (PESAVENTO, 1985).

O estrangulamento externo causado pela Crise de 29 acentuou o esgotamento da política agro-exportadora vigente de manutenção dos preços do café e, somado ao descontentamento das classes médias urbanas, culminou na Revolução de 30. Os anos seguintes foram marcados pela modificação das medidas de política econômica e institucionais que passaram direcionar a economia para o mercado interno com foco no desenvolvimento industrial (FONSECA, 2003).

A meta do governo federal consistia no investimento na indústria de base como forma de estímulo ao desenvolvimento autônomo da indústria nacional, porém estes investimentos ocorriam no centro econômico do país enquanto o Rio Grande do Sul permanecia com uma indústria predominantemente de produtos alimentares. Segundo Pesavento (1985, p.78-79):

Com suas "indústrias naturais", o Rio Grande do Sul reconfirmou, no período pós-30, a sua posição de "celeiro do país", mas com a conotação de não ser apenas exportador de gêneros alimentícios para o mercado interno brasileiro, mas também de produtos de origem agropecuária já beneficiados. Neste sentido, legitimava-se a posição do setor primário no estado, e o Rio Grande do Sul preenchia o espaço possível de ser ocupado dentro da reorientação

global do capitalismo no Brasil, que se voltava para uma nova forma de acumulação, centrada na indústria.

Até os anos 50 a indústria gaúcha permanece crescendo, porém não o suficiente para substituir o setor agrícola como setor dinâmico da economia regional, até então, a economia sul-rio-grandense permanece com as características instituídas na República Velha, tendo o setor agropecuário voltado para o mercado interno e fornecendo matéria-prima para a indústria tradicional e a indústria metal-mecânica produzindo ferramentas e maquinário para o setor agropecuário (HERRLEIN, 2000).

A partir da década de 50, o perfil dos investimentos na indústria nacional foi de indústria pesada, bens duráveis e de base, ficando a indústria gaúcha atrelada ao crescimento econômico do centro dinâmico, respondendo aos estímulos da nova política econômica, porém não na mesma intensidade, pois permanecia ligada aos setores tradicionais (PESAVENTO, 1985).

Apesar disso, as indústrias que mais cresceram foram as já existentes do ramo mecânico e as recentemente implantadas de material elétrico, de comunicação e transportes, ou seja, os ramos dinâmicos nesta nova fase de industrialização regional foram àqueles condizentes com o novo paradigma de política industrial nacional, determinados através no Plano de Metas (AREND E CARIO, 2010).

Mesmo sendo estes rumos mais dinâmicos e encontrando-se de acordo com a política de desenvolvimento nacional adotada, estes nichos industriais permaneceram marginalizados, pois o principal financiador constituía-se no BNDE, criado em 1953, que não atendia pequenas e médias empresas, que configuravam o cenário industrial gaúcho (PESAVENTO, 1985).

A opção de desenvolvimento acelerado exigiu elevado endividamento do país e aumento da participação do capital estrangeiro, somado a isso, a expansão da produção não acompanhou a capacidade de consumo da população que perdia poder aquisitivo através do processo inflacionário decorrente do processo. A crise gaúcha estabelecida nos anos 50 juntamente com o cenário nacional dos anos 60 se acumularia para agravar a situação do empresariado regional.

A política ortodoxa de estabilização econômica implantada a partir do Golpe Militar de 64 levou a economia gaúcha, também a nacional, à estagnação, tanto no setor agrícola quanto no setor industrial. O descontentamento com os efeitos dessa política tiveram uma inflexão no Governo Costa e Silva, marcado pela

expansão monetária e estímulos à exportação. A manutenção desta política juntamente as condições internacionais favoráveis acabou por desencadear o processo chamado de “milagre econômico”, caracterizado pelo crescimento acelerado da economia como um todo. Essa política teve efeitos colaterais, culminando em 1973, o descontrole inflacionário, o descontrole do endividamento externo e a alteração do cenário internacional de elevação dos preços das *commodities* e o choque do petróleo (MACARINI, 2011).

A indústria gaúcha neste período apresenta alterações na sua composição, a desaceleração das indústrias tradicionais frente à expansão dos produtos intermediários, o estado passou a se distanciar da produção de bens de consumo final e tornou-se dependente e integrada com a indústria do eixo dinâmico nacional. Outra alteração é verificada na alteração da articulação entre o setor primário e secundário, o desenvolvimento da indústria de bens de capital baseada na expansão agrícola, situação instável, pois, devido às políticas de promoção de exportações, a demanda estava condicionada ao mercado internacional (PESAVENTO, 1985).

Após o fim do milagre econômico, a condição crítica político-econômica de elevado endividamento externo e alta de inflação, oriunda da política implementada pelo governo militar, torna-se insustentável e levaram a um período de desaceleração da economia nacional e regional nos anos 80, a “década perdida”.

Nos anos 90, após a redemocratização, o governo federal opta por seguir as novas diretrizes econômicas internacionais de ordem neoliberais pactuadas através do Consenso de Washington. Sob efeito da abertura comercial e o decorrente aumento da concorrência com os produtos industriais importados e também da entrada de capitais internacionais, a indústria nacional, que possuía baixa competitividade, passou por um processo de reestruturação produtiva como forma de diminuição de custos. Segundo Castro (2001, p. 7):

Existe um relativo consenso entre os analistas quanto ao fato de que na superação das ineficiências herdadas do ambiente dos anos 80 se encontram não só processos cirúrgicos de redefinição do alcance e perfil dos negócios, como também importantes esforços de reorganização produtiva. De fato, os processos de reestruturação perseguidos pelas empresas entre 1989 e 1994 incluíram não apenas o redimensionamento de quadros, o enxugamento de catálogo de vendas e o fechamento de instalações, como também, destacadamente, a adoção de novas práticas gerenciais tipicamente

associadas à Gerencia de Qualidade Total (TQM) e ao *Just in Time* (JIT).

A alteração dos rumos econômicos impostos pela abertura comercial encontra a indústria regional, no início da década de 90, ainda com características de uma forte relação com o setor agrícola, intensiva em mão-de-obra, operando em sua grande parcela com maquinário defasado e pouca participação de capitais estatais e multinacionais. O processo de reestruturação produtiva no estado teve como resultado a diminuição da defasagem existente frente à indústria nacional, nesta primeira metade da década o crescimento foi impulsionado pelos setores produtores de bens de capital e bens de consumo duráveis (CASTILHOS; CALANDRO; CAMPOS, 2010).

De acordo com Castro (2001), na segunda metade da década de 90, após a implantação do Plano Real e a conseqüente estabilização econômica, inaugura-se uma nova fase para a indústria, a estabilidade da moeda proporcionou a expansão e o fortalecimento da demanda interna ao mesmo tempo em que a valorização cambial acarretou dois efeitos contraditórios, a diminuição do custo dos bens importados concorrentes e a diminuição dos custos de bens de capital e insumos, necessários para o desenvolvimento e modernização da indústria. Para o autor, houve três reações por parte dos industriais, a continuidade do processo de reestruturação antes especificado, a modernização e diversificação dos produtos através da incorporação de novas tecnologias e a mobilidade de fábricas em busca de vantagens de localização.

Tendo em vista a estrutura da indústria gaúcha, predominantemente de empresas de médio e pequeno porte, poucas foram as empresas que puderam adotar o processo de modernização, a maior parte das empresas manteve o processo de reestruturação baseado em redução de custos como forma de manutenção da fatia de mercado, no caso de busca por vantagens de localização tem o exemplo da indústria calçadista que deslocou unidades para o Nordeste em busca de barateamento de mão-de-obra e benefícios fiscais (CASTILHOS; CALANDRO; CAMPOS, 2010).

Os estudos recentes têm apresentado que a produção nacional segue o rumo da especialização nos setores intensivos em recursos naturais, fator preocupante e largamente discutido no meio acadêmico, pois não seria o caminho

ideal para países em desenvolvimento como o Brasil¹, de acordo com Feijó e Carvalho (2008, p. 4):

Em 1996 cinco principais setores industriais respondiam por mais da metade (51,8%) do valor de transformação industrial gerado pela indústria: Fabricação de produtos alimentícios e bebidas (17,2%), Fabricação de produtos químicos (12,7%), Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias (8,1%), Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool (7,0%) e Fabricação de máquinas e equipamentos (6,8%). Dois dos cinco setores não eram de bens intermediários (veículos automotores e máquinas e equipamentos). Já em 2006 mais da metade da produção industrial (50,3%) se concentra em apenas quatro setores, sendo que três estão diretamente associados ao processamento de recursos naturais e apenas um (Fabricação de produtos químicos) foge à regra, pois produz insumos elaborados e bens finais: Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool (16,5%), Fabricação de produtos alimentícios e bebidas (16,0%), Fabricação de produtos químicos (9,9%) e Metalúrgica básica (7,9%).

Ao contrário dos efeitos recentes no âmbito da indústria nacional, a indústria gaúcha têm se comportado de forma diferente. Conforme Castilhos, Calandro e Campos (2010, p.42-43):

Na indústria gaúcha, por sua vez, não houve alteração dos principais grupos de atividades, apenas no seu *ranking*. A fabricação de produtos alimentícios e bebidas continua sendo a atividade principal, mas com perda de representatividade na estrutura, tal como no caso brasileiro. A modificação mais expressiva foi o declínio da importância da fabricação de couros, artefatos de couros e calçados, que caiu 50%, por conta da perda de competitividade no mercado internacional, referida anteriormente neste artigo. Outra alteração importante foi o ganho de participação de setores industriais produtores de bens de capital (máquinas e ferramentas, caminhões, reboques e carrocerias) e de bens de consumo (automóveis). A fabricação de produtos químicos também aumentou seu peso, em razão dos fortes investimentos na ampliação do Pólo Petroquímico e da indústria de segunda geração.

A estrutura da indústria gaúcha permaneceu basicamente a mesma nos últimos 30 anos, a questão recente que merece destaque consiste no processo de

¹ De acordo com Imbs e Wacziarg *apud* Carvalho (2008), existe um padrão na trajetória da especialização da estrutura produtiva em forma de U onde a diversificação ocorreria até um determinado nível de renda *per capita* elevado e depois voltariam a se especializar, ainda neste estudo Rodrik *apud* Carvalho (2008) conclui que a diversificação seria o caminho para o crescimento.

internacionalização das cadeias produtivas, fato que elevou as exportações no estado, porém, de acordo com Castilhos, Calandro e Campos (2010), as empresas com melhor desempenho foram as consolidadas através de uma dinâmica endógena, pois indústrias como máquinas e implementos agrícolas ou calçados e conservas, fortemente internacionalizadas, passam por forte instabilidade devido à suscetibilidade as alterações nas políticas macroeconômicas e ao cenário internacional.

2.2 O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NA INDÚSTRIA GAÚCHA

Como já comentado na seção anterior, a indústria gaúcha possui particularidades na sua formação por ser oriunda do capital comercial acumulado pela economia imigrante, por esta razão a mão-de-obra também se diferenciou, pois os imigrantes possuíam habilidades e ofícios antes exercidos em sua terra natal, formando uma força de trabalho livre e especializada.

Enquanto em São Paulo a imigração tinha como objetivo a formação de mão-de-obra para a lavoura do café, no Rio Grande do Sul o processo ocorreu mais cedo e o interesse em atrair imigrantes era motivado por fatores políticos, como forma de reduzir o poder dos grandes latifundiários militarizados que fizeram parte da formação histórica do estado (TARGA, 1991). Esses imigrantes estabeleceram-se em pequenas propriedades, o êxodo rural foi responsável pela liberação de mão-de-obra para a indústria. Segundo Herrlein (2000, p. 106):

O provimento de força de trabalho à indústria dependeu da expansão demográfica da zona colonial, onde a alta taxa de natalidade, a queda da fertilidade do solo e a limitação das terras determinaram um êxodo progressivo ao meio urbano e, mais tarde, também para outras regiões brasileiras. Na zona sul do estado, a liberação de força de trabalho do setor pecuário deveu-se ao cercamento das terras e ao uso das ferrovias no transporte do gado.

Portanto, a imigração foi responsável não somente por criar um mercado consumidor de produtos manufaturados como também proporcionou a criação de força de trabalho assalariada. Durante a República Velha verificam-se a existência

de dois tipos de indústria, estabelecimentos menores na região colonial, empregando majoritariamente mão-de-obra familiar e estabelecimentos maiores, na zona sul do estado, em Porto Alegre e nas colônias centrais, operando com maquinário importado e mão-de-obra especializada. Segundo Pesavento (1985, p.46):

Nas regiões de colonização italiana e alemã, predominavam as unidades de produção doméstica, artesanais, das quais por exemplo as múltiplas cervejarias e pequenas cantinas de fabricação de vinho e as fabriquetas de banha, farinha e curtumes. Tais unidades operavam sem maior recurso técnico que o trabalho manual dos membros da família, auxiliados por vizinhos, às vezes classificados como “empregados”. [...] Estas unidades maiores do início do século eram empresas que se caracterizavam pelo uso concomitante do trabalho manual, que utilizava ferramentas simples, com o uso de máquinas importadas. [...] As maiores empresas procuravam importar do estrangeiro uma mão-de-obra mais qualificada, trazendo técnicos especializados para executarem funções de mestres, contramestres e chefes de oficina.

A existência de estabelecimentos industriais de maior porte na região sul do estado não altera a condição de predominância dos estabelecimentos menores com emprego de pouca mão de obra e de baixo capital como pode ser verificado na tabela 1, com dados do Inquérito Industrial de 1907, que faz um paralelo com a indústria paulista, mais desenvolvida na época.

Tabela 1: Resultados Gerais do Inquérito Industrial – RS e SP – 1907

Estado	Estabelecimentos	Operários	Capital Empregado*	Valor da Produção*
SP	326	24.186	127.702	118.087
RS	314	15.426	49.206	99.779

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

*Contos de réis.

A formação do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul foi lenta, acompanhando o processo de urbanização, portanto, havia escassez de mão-de-obra para a indústria, conseqüentemente os salários eram superiores em relação ao resto do país, como forma de contornar esta restrição que pressionava os custos da produção, o empresariado gaúcho utilizou práticas assistencialistas como forma de vincular os trabalhadores às fábricas e aumentar sua produtividade (HERRLEIN, 2000).

A partir da Crise de 29 e a restrição externa decorrente deste processo, os laços comerciais com o resto do país foram fortalecidos, porém fornecendo produtos agropecuários. A indústria paulista ainda não impunha concorrência aos produtos regionais, fato que permitiu a expansão de pequenas e médias empresas, produzindo com qualidade técnica. A diminuição do contingente de trabalhadores não proprietários de meios de produção e o sucesso do pequeno empresariado dificultaram a formação de grandes indústrias (CARDOSO, 1977, p.212 *apud* HERRLEIN, 2000).

Tabela 2: Número de estabelecimentos, pessoal ativo e valor da produção – RS e SP –1941

Estado	Estabelecimentos	Pessoal Ativo	Valor da Produção (Cr\$1000)
SP	11.557	369.070	8.932.549
RS	9.962	81.493	2.033.846

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

Conforme a tabela 2 verifica-se o elevado número de estabelecimentos industriais gaúchos, porém com um número muito inferior de emprego de mão-de-obra e de valor da produção se comparado com os dados paulistas, confirmando a manutenção da característica do setor industrial regional formado por pequenas empresas.

A proteção à produção regional existente em grande parte pela deficiência no setor de transportes sofreu alterações a partir da década de 50, os investimentos governamentais no setor proporcionaram uma maior integração do mercado interno nacional, como conseqüência permitiu a entrada dos produtos industriais paulistas no estado. A indústria gaúcha teve que se adaptar e adequar às novas políticas industriais definidas no âmbito federal.

Juntamente às alterações produtivas houve alterações no mercado de trabalho, a tabela 3 indica que há crescimento do número de estabelecimentos e do pessoal ocupado, porém em desaceleração e consolidando um grande lapso se comparado à indústria paulista.

Tabela 3: Comparativo número de estabelecimentos e pessoal ocupado, RS e SP, censos industriais 1960 – 1970

Estado	Censo de 1960		Censo de 1970	
	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado
SP	36.254	831.339	50.556	1.295.810
RS	12.629	134.630	18.216	222.450

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

De acordo com o estudo da FEE (1976), que analisa o emprego na indústria de transformação no período de 1949-1969, a contração do ritmo da expansão do emprego entre as indústrias tradicionais² foi maior do que as dinâmicas - não o suficiente para alterar a estrutura do mercado de trabalho - o que poderia ser explicado pela política nacional de promoção do consumo dos bens duráveis e/ou que tenha ocorrido um processo de redução pessoal como forma de diminuição de custos mais intensa nas indústrias tradicionais.

As empresas que mais absorveram mão-de-obra no final dos anos 60 foram as de médio porte³, enquanto as de grande porte mantiveram-se estáveis. Segundo FEE (1976):

É possível afirmar que estes estabelecimentos [grande porte] não necessariamente tendem a aumentar o contingente de mão-de-obra para obter um acréscimo de produção, por caracterizarem-se geralmente como intensivos em capital fixo ou por operarem com capacidade ociosa planejada.

A vinculação e subordinação da indústria gaúcha à dinâmica nacional ocorrida no período, somada às dificuldades de política econômica de âmbito nacional vivenciadas nos anos 70, onde o estoque de dívida pública impossibilitava a manutenção do investimento por parte do Estado e o direcionamento das políticas públicas à estabilização econômica a partir dos anos 80, configurou-se em um período de estagnação econômica neste último período, evidenciado pela baixa oscilação do número de estabelecimentos industriais conforme a Tabela 4, porém,

² Para a classificação dos gêneros tradicionais e dinâmicos o estudo da FEE (1976) adotou o critério convencionalmente utilizado em análises da indústria de transformação. Vide. - BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. A industrialização brasileira; diagnóstico e perspectivas. In: - -. *Programa estratégico de desenvolvimento Z968- Z970*. Brasília, 1969. Número Especial.

³ A separação por tamanho das empresas é definido no estudo da FEE (1976) pelo número de empregados, de 0-49 como pequeno porte, de 50-499 de médio porte e de 500 ou mais como de grande porte.

percebe-se o crescimento do emprego, mesmo que desacelerado se comparado aos períodos anteriores.

Tabela 4: Estabelecimentos e pessoal ocupado no RS – censos Industriais 1970, 1975, 1980 e 1985

Ano	Estabelecimentos	Pessoal Ocupado
1970	17.711	217.553
1975	20.029	358.665
1980	19.187	456.348
1985	20.988	554.204

Fonte: IBGE, Estatísticas do Século XX.

A estagnação econômica dos anos 80, os elevados índices inflacionários, o alto grau de endividamento do estado e as tentativas infrutíferas de rearranjo econômico subseqüentes levaram ao esgotamento do arranjo institucional vigente, ocasionando a adoção de novas políticas econômicas de ordem liberal, tais como a abertura comercial e financeira e de redução do Estado que marcaram os anos 90. No que tange a indústria, essas políticas encontraram um setor com baixa competitividade e dependente do Estado como impulsionador do desenvolvimento, iniciando um processo de reestruturação produtiva que acarretou em alterações sobre o mercado de trabalho.

Conforme a tabela 5 verifica-se uma grande perda de postos de trabalho na indústria, que nos períodos anteriores manteve crescimento mesmo em períodos de crise, as maiores perdas foram nos gêneros têxtil, química, madeira e vestuário, os maiores ganhos foram nos gêneros materiais plásticos, borracha, fumo e mobiliário.

Quanto à reestruturação produtiva citada, a recuperação da produção que ocorreu no período não foi acompanhada pelo aumento dos postos de trabalho, evidenciando um aumento da produtividade da mão-de-obra.

Conforme Fligenspan (2000, p.296):

...a produção e o emprego na indústria de transformação do Rio Grande do Sul convergiram à queda nos anos de 1990 e 1991; a partir de 1992, a trajetória das duas variáveis descolou-se, na medida em que o crescimento da produção já não foi acompanhado pelo emprego; dessa forma, para o período 1991-97, a produção evidenciou uma variação positiva de 36,0%, enquanto o emprego registrou uma variação negativa de 1,4%.

Tabela 5 – Evolução do emprego formal, por gêneros da indústria de transformação, no RS – 1989-97

GÊNEROS	1989	1990	1991	1992	1993
Materiais não metálicos	14.786	13.155	12.059	12.267	11.789
Metalúrgica	61.037	53.103	48.870	46.064	49.143
Mecânica	49.431	40.284	35.397	32.912	36.032
Material elétrico e de comunicação	13.773	12.243	10.591	10.739	11.188
Material de transporte	21.013	19.184	19.747	20.517	21.508
Madeira	19.796	16.319	15.241	14.880	15.877
Mobiliário	21.708	17.971	17.430	19.206	21.208
Papel e papelão	9.440	7.589	6.840	6.430	5.746
Borracha	6.203	6.284	5.482	5.365	5.600
Couros e peles	25.783	21.646	20.492	21.777	21.516
Química	20.519	18.141	15.410	17.235	16.416
Farmacêutica e veterinária	1.399	1.375	1.270	1.180	1.262
Perfumaria, sabões e velas	1.636	1.685	1.713	1.755	1.702
Materiais plásticos	10.662	9.144	9.002	9.710	11.581
Têxtil	14.987	12.766	8.652	7.905	8.341
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	170.836	143.323	141.184	151.314	164.986
Produtos alimentares	72.984	65.024	63.040	61.118	58.747
Bebidas	11.007	10.457	10.272	9.668	9.143
Fumo	5.106	7.234	5.628	6.723	7.160
Editorial e gráfica	12.357	11.787	11.349	10.325	10.622
Total	564.465	488.714	459.669	467.090	489.567

(continua)

Tabela 5 – Evolução do emprego formal, por gêneros da indústria de transformação, no RS – 1989-97

GÊNEROS	1994	1995	1996	1997	$\Delta\%$ 1997/1989
Materiais não metálicos	14.667	13.968	14.062	14.821	0,2
Metalúrgica	49.686	43.897	44.117	46.468	-23,9
Mecânica	41.435	36.957	34.666	35.379	-28,4
Material elétrico e de comunicação	14.117	13.018	12.620	11.550	-16,1
Material de transporte	20.352	19.304	18.841	21.584	2,7
Madeira	14.649	13.833	12.377	13.531	-31,7
Mobiliário	25.510	22.324	23.835	24.779	14,2
Papel e papelão	8.406	8.153	7.583	7.081	-25,0
Borracha	8.170	7.687	7.792	7.758	25,1
Couros e peles	25.440	20.875	21.251	20.506	-20,5
Química	14.065	12.285	11.066	11.462	-44,1
Farmacêutica e veterinária	1.284	1.460	1.481	1.460	4,4
Perfumaria, sabões e velas	1.512	1.530	1.388	1.303	-20,4
Materiais plásticos	15.993	16.535	17.872	16.025	50,3
Têxtil	8.255	7.329	7.202	7.056	-52,9
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	146.886	129.072	131.125	116.861	-31,6
Produtos alimentares	64.405	71.285	71.344	67.290	-7,8
Bebidas	9.455	10.096	8.807	8.779	-20,2
Fumo	6.211	5.887	6.763	5.922	15,9
Editorial e gráfica	12.033	13.225	13.598	13.664	10,6
Total	502.531	468.709	467.790	453.279	-19,7

Fonte: Fligenspan (2000).

Segundo Fligenspan (2000), os gêneros que tiveram significativo aumento em relação aos congêneres nacionais são considerados dinâmicos, enquanto os que se destacaram pela perda de postos de trabalho são os considerados tradicionais, inversão importante na estrutura do emprego industrial gaúcho, pois os setores dinâmicos possuem maior complexidade tecnológica e, conseqüentemente, a mão-de-obra é mais especializada.

3 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL NO RIO GRANDE DO SUL

O mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, assim como no restante do país, foi fortemente impactado a partir das transformações políticas, econômicas e sociais vivenciadas nas últimas décadas, alterando as características do emprego e o perfil da força de trabalho na indústria gaúcha.

Os anos 80 foram marcados pela estagnação econômica decorrente do processo inflacionário e do elevado grau de endividamento externo que impossibilitaram o Estado de manter sua posição de motor do desenvolvimento, marcando o esgotamento do modelo de desenvolvimento vigente baseado no processo de substituição de importações. Em decorrência do entrave ao desenvolvimento vivenciado na década anterior, os anos 90 foram marcados pelas políticas de cunho liberal, tais como o processo de abertura comercial e financeira, desregulamentação dos mercados, redução do papel do Estado e a reestruturação produtiva. Como visto anteriormente, estas políticas tiveram um reflexo negativo na criação de postos de trabalho para a indústria, a necessidade do setor de enquadrar-se aos padrões de competitividade internacionais modificou a estrutura organizacional, precarizando a força de trabalho.

Conforme Pochmann, 1999; Freire, 2006; Toni, 2006 *apud* Chaves (2010, p. 71):

...Tais fatores tiveram reflexos predominantemente negativos sobre o mercado de trabalho, dada a ênfase na flexibilização das relações de trabalho e nas estratégias de terceirização de atividades – observou-se elevação do desemprego e expansão de formas de trabalho atípicas, resultando em precarização do trabalho, revertendo-se, assim, a tendência de estruturação do mercado de trabalho das décadas anteriores.

A estabilidade econômica do plano real e a apreciação cambial decorrente do processo permitiram a importação de novas tecnologias, modernizando e mecanizando os parques industriais, a implantação de um novo padrão tecnológico aumentou a produção, porém não foi acompanhado pelo aumento dos postos de trabalho. A partir dos anos 2000 ocorre a retomada do crescimento econômico,

percebe-se melhoria nos indicadores de trabalho e crescimento do trabalho formal, diminuindo a precarização.

Na tabela 6 podemos visualizar os efeitos que essas políticas tiveram no período, a indústria que até 1996 era a maior geradora de empregos formais no estado, diferente do que ocorria no restante do país, perdeu a liderança para o setor de serviços e permanece nesta posição até o momento.

Tabela 6: Estrutura setorial do emprego no RS de 1985 – 2011

ANO	EXTRA-TIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	SERV. IND. DE UTILIDADE PÚBLICA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADM. PÚBLICA	AGROPECUÁRIA	OUTROS	TOTAL
1985	0,4	31,2	1,3	2,0	15,9	27,2	20,2	1,3	0,4	100
1986	0,4	32,9	1,3	2,3	16,0	26,4	19,1	1,2	0,5	100
1987	0,4	31,6	1,2	2,1	15,5	26,1	19,2	1,3	2,5	100
1988	0,4	31,2	1,1	2,4	15,5	25,9	18,3	1,2	4,0	100
1989	0,3	31,2	1,1	2,8	15,5	26,0	18,3	1,6	3,3	100
1990	0,3	28,7	1,2	2,5	15,2	26,4	19,1	1,6	5,0	100
1991	0,3	28,2	1,3	2,3	14,5	26,5	19,3	1,6	6,0	100
1992	0,3	28,5	1,2	2,3	13,8	25,8	19,1	2,1	6,8	100
1993	0,3	28,5	1,1	2,3	13,5	24,8	4,5	2,2	22,8	100
1994	0,3	28,7	1,6	3,4	15,6	23,4	19,1	3,6	4,3	100
1995	0,2	27,7	1,5	3,7	15,5	27,2	19,1	4,3	0,7	100
1996	0,2	27,5	1,4	3,7	15,1	27,2	20,4	4,3	0,2	100
1997	0,3	26,3	1,2	4,1	15,9	27,9	20,0	4,2	0,1	100
1998	0,3	25,5	1,0	4,2	16,1	28,4	20,4	4,0	0,0	100
1999	0,2	26,5	0,9	3,7	16,8	27,8	20,0	4,0	0,0	100
2000	0,3	27,1	1,0	3,6	16,5	28,5	19,3	3,7	0,0	100
2001	0,2	27,3	1,0	3,7	16,9	28,3	19,2	3,4	0,0	100
2002	0,2	27,6	0,9	3,4	17,4	28,3	18,8	3,5	0,0	100
2003	0,2	27,5	1,0	3,4	17,6	27,7	19,1	3,5	0,0	100
2004	0,2	28,4	0,9	3,4	18,0	27,8	17,9	3,4	0,0	100
2005	0,2	27,0	1,0	3,2	18,4	28,5	18,3	3,3	0,0	100
2006	0,2	26,8	1,0	3,1	18,6	33,5	13,7	3,1	0,0	100
2007	0,2	27,0	1,0	3,3	19,0	32,9	13,5	3,1	0,0	100
2008	0,3	26,4	1,0	3,8	19,6	29,3	16,5	3,1	0,0	100
2009	0,2	25,5	1,0	3,9	19,7	29,7	16,7	3,1	0,0	100
2010	0,2	25,6	1,1	4,4	20,0	29,8	15,8	2,9	0,0	100
2011	0,2	25,3	1,1	4,7	20,1	30,3	15,3	2,8	0,0	100

Fonte: Adaptado de Jornada e Sternberg (2010).

A indústria de transformação, em 1985, possuía liderança na geração de postos de trabalho, com a marca de 31,2% sobre o emprego total, em 1996 o

emprego na indústria gaúcha fica em equilíbrio com o setor de serviços, em torno de 27% e no ano seguinte perde a liderança, ficando a indústria de transformação responsável por 26,3% e o setor de serviços por 27,9%. Em 2004 a indústria apresenta novamente a liderança nos empregos formais, com 28,4% dos postos de trabalho e o setor de serviços com 27,8%, mas esta situação não é sustentada, no ano seguinte recua novamente e permanece em segundo lugar até o fim da série. Em 2011, o setor de serviços permanece como maior absorvedor de mão de obra, representado por 30,3% do emprego total, seguido pela indústria de transformação com 25,3%, pelo comércio com 20,1% e pela administração pública com 15,3%. Cabe registrar o avanço da construção civil no período, que passou dos 2% do total empregado em 1985 para 4,7% em 2011.

Tabela 7: Distribuição percentual do emprego industrial, por subsetores de atividade, no RS e no Brasil — 1985 e 2008

SUBSETORES DE ATIVIDADE	RS		BRASIL	
	1985	2008	1985	2008
Ind. de produtos minerais não metálicos	3,3	2,5	5,9	4,9
Ind. metalúrgica	10,3	10,3	11,4	10,2
Ind. mecânica	8,0	9,7	6,8	7,0
Ind. do material elétrico e de comunicações	2,3	2,7	5,7	3,7
Ind. do material de transporte	3,1	7,0	7,4	7,2
Ind. da madeira e do mobiliário	7,3	7,7	6,9	6,0
Ind. do papel, papelão, editorial e gráfica	3,5	4,4	5,6	5,3
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas.....	9,2	6,9	6,6	4,2
Ind. Química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria.....	6,0	7,3	9,2	9,8
Ind. têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	6,0	5,1	14,3	13,1
Ind. de calçados	26,3	17,1	4,7	4,2
Ind. de prod. alimentícios, bebidas e álcool etílico	14,8	19,4	15,5	24,4

Fonte: Adaptado de Jornada e Sternberg (2010).

Conforme a tabela 7, a distribuição do emprego no setor industrial no Rio Grande do Sul indica a existência de concentração de pessoal em dois subsetores de atividade, calçados e produtos alimentares e bebida, que somados, respondiam por 41,1% do total do emprego industrial em 1985 e 36,5% em 2008. Percebe-se no estado, o aumento da participação relativa no emprego em 7 subsetores, com destaque para a Indústria do Material de Transporte que passa de 3,1% em 1985 para 7% em 2008. Destaca-se, também, a queda do emprego na indústria calçadista

gaúcha, o subsetor que sofreu maior impacto no período, com a perda de participação relativa no emprego de 26,3% em 1985 para 17,1% em 2008.

As transformações sofridas pela indústria nas últimas décadas modificaram não apenas a participação do emprego industrial na totalidade dos empregos formais ou a sua distribuição nos subsetores como também modificou a composição da força de trabalho. O perfil da força de trabalho foi modificado, marcado pela inclusão da mão-de-obra feminina, assim como o aumento da média etária e o crescimento do nível de escolaridade.

3.1 ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL POR GÊNERO

A inclusão da força de trabalho feminina é uma realidade em todos os setores da economia, porém ocorre de maneira desacelerada na indústria, que permanece majoritariamente masculina, além da questão quantitativa, na qual me detenho, existem diferenças qualitativas quanto às oportunidades e remunerações (COSTA E OLIVEIRA, 2003), indicando que apenas o aumento de postos de trabalho ocupados por mulheres não é suficiente, é necessário políticas públicas que garantam a igualdade entre os gêneros em seu conceito mais abrangente, que sejam quantitativos e qualitativos.

Conforme a tabela 8 percebe-se o aumento da participação feminina no mercado de trabalho industrial, porém ainda com predominância da mão-de-obra masculina, em 1985 a participação masculina na indústria da transformação era de 67,4% e a feminina 32,6%, em 2008 a participação masculina cai para 64,7% e a feminina passa a representar 35,3% do emprego no setor, apesar do avanço que ocorreu no período na inclusão das mulheres como força de trabalho na indústria, o crescimento da participação foi de apenas 2,7% enquanto no total do emprego este avanço foi de 6,3%. O aumento da participação da força de trabalho feminina é verificado em todos os subsetores, com exceção da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, que em 1985 representava 73,3% no emprego e em 2008 passa a representar 71,8%. A indústria de produtos minerais não metálicos que possui maior participação masculina no estado, tanto no início como ao final do período, viu decrescer a participação dos homens de 91,3% para 89,2%.

Tabela 8: Participação percentual no emprego por subsetores da indústria e por gênero no RS — 1985 e 2008

SUBSETORES DA INDÚSTRIA	RS			
	1985		2008	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Ind de produtos minerais não metálicos	91,3	8,7	89,2	10,8
Ind metalúrgica	83,4	16,6	82,4	17,6
Ind mecânica	89,9	10,1	87,5	12,5
Ind do material elétrico e de comunicações	66,3	33,7	61,9	38,1
Ind do material de transporte	89,9	10,1	88,1	11,9
Ind da madeira e do mobiliário	80,6	19,4	74,9	25,1
Ind do papel, papelão, editorial e gráfica	72,3	27,7	64,5	35,5
Ind da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas.....	71,3	28,7	67,9	32,1
Ind química de prod farmacêuticos, veterinários, perfumaria.....	77,4	22,6	67,3	32,7
Ind têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	26,7	73,3	28,2	71,8
Ind de calçados	51,6	48,4	41,3	58,7
Ind de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico..	64,5	35,5	56,6	43,4
Total da indústria de transformação	67,4	32,6	64,7	35,3
Total do emprego	62,6	37,4	56,3	43,7

Fonte: Adaptado de Jornada e Sternberg (2010).

3.2 ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL POR MÉDIA ETÁRIA

A elevação da média etária dos trabalhadores da indústria da transformação no Rio Grande do Sul ocorre devido à evolução demográfica no estado, que possui uma baixa taxa de natalidade e o acelerado envelhecimento da população, de acordo com a projeção populacional realizada pela FEE, a população cresce a taxas cada vez mais decrescentes e por volta de 2025 a população passaria a decrescer. Somado a isto, os jovens têm optado por entrar no mercado de trabalho mais tarde nos últimos anos, priorizando o aumento nos anos de estudo.

Conforme Jornada e Stenberg (2010, p. 107):

O aumento do número de trabalhadores em faixas etárias mais avançadas, no Estado e no País, fez com que a composição desses mercados de trabalho se alterasse na direção da elevação da média de idade dos trabalhadores. É importante verificar que somente as faixas acima de 40 anos experimentaram ampliação de sua

participação, embora diminuição de contingente tenha ocorrido unicamente na faixa de até 17 anos.

Tabela 9: Média etária nos subsetores da indústria no RS e no Brasil – 1985 e 2008

SUBSETORES DA INDÚSTRIA	RS		BRASIL	
	1985	2008	1985	2008
Ind de produtos minerais não metálicos	32,4	35,5	31,8	34,9
Ind metalúrgica	31,0	33,8	31,7	34,6
Ind mecânica	31,1	33,9	31,4	34,4
Ind do material elétrico e de comunicações	30,0	31,9	29,8	32,4
Ind do material de transporte	31,8	33,2	32,7	34,3
Ind da madeira e do mobiliário	30,3	33,9	30,5	34,2
Ind do papel, papelão, editorial e gráfica	29,7	33,5	31,0	34,1
Ind da borracha, fumo, couros, peles, similares.....	30,1	35,2	30,1	34,1
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria ...	31,3	33,8	31,9	34,1
Ind. têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	31,0	35,3	29,2	33,5
Ind. de calçados	25,3	33,0	25,6	31,0
Ind. de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	32,7	34,5	31,8	33,8
Total da indústria de transformação	29,7	33,9	30,8	33,9
Total do emprego	32,0	36,3	32,6	36,2

Fonte: Adaptado de Jornada e Sternberg (2010).

No início do período, a média etária dos empregados no estado era pouco inferior a nacional, porém teve elevação mais acelerada, no fim do período percebe-se um acréscimo de 4,3 anos no estado enquanto o acréscimo em nível nacional foi de 3,6 anos. Em 2008, a média etária no estado ultrapassou a brasileira - 36,3 anos no RS e 36,1 anos no Brasil. Na indústria de transformação a média etária é inferior ao emprego total em todo o período apurado. A indústria gaúcha que possuía média etária inferior a nacional, igualou a média em 2008, 33,9 anos, indicando maior acréscimo que a nacional, 4,2 anos no RS e 3,1 anos no país. Verifica-se elevação em todos os subsetores da indústria, tanto na regional quanto na nacional, com destaque para a indústria calçadista onde o acréscimo na média etária foi de 7,7 anos no Rio Grande do Sul e 5,4 anos no Brasil, o menor acréscimo na média etária identificado ocorreu na indústria de material de transporte, 1,4 anos no RS e 1,6 no Brasil.

3.3 ANÁLISE DO EMPREGO FORMAL POR ANOS DE ESTUDO

Os anos de estudo dos empregados formais é um fator importante para a qualificação da força de trabalho, pois é fundamental para a expansão do produto através do aumento da produtividade, como visto na seção anterior, a tendência no decréscimo populacional dificulta que a expansão do produto seja realizada através do emprego quantitativo de mão-de-obra no longo prazo.

Tabela 10: Número médio de anos de estudo nos subsetores da indústria no RS e no Brasil – 1985 e 2008

SUBSETORES DA INDÚSTRIA	RS		BRASIL	
	1985	2008	1985	2008
Ind. de produtos minerais não metálicos	4,8	8,3	5,4	8,4
Ind. metalúrgica	5,9	9,5	6,1	9,7
Ind. mecânica	6,7	10,2	6,8	10,4
Ind. do material elétrico e de comunicações	7,5	10,8	7,5	10,7
Ind. do material de transporte	6,1	10,3	6,5	10,7
Ind. da madeira e do mobiliário	5,3	8,8	4,9	8,5
Ind. do papel, papelão, editorial e gráfica	6,8	10,3	6,9	10,6
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas.....	5,5	9,2	6,3	9,7
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	7,2	10,0	7,3	10,5
Ind. têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	5,8	9,2	5,6	9,1
Ind. de calçados	4,9	8,0	5,3	8,7
Ind. de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	4,8	8,6	4,8	8,4
Total da indústria de transformação	5,6	9,2	6,0	9,4
Total do emprego	7,4	10,2	7,3	10,3

Fonte: Adaptado de Jornada e Sternberg (2010).

Como é verificado na tabela 10, o total do emprego formal é muito próximo, tanto no período inicial quanto no final para o Rio Grande do Sul e para o Brasil, cabe destacar a evolução da escolaridade média que ao final do período indica conclusão do ensino fundamental, que corresponde a 8 anos de estudo. Conforme Jornada e Sternberg (2010):

O patamar de escolaridade dos empregados formais elevou-se ao longo do período investigado, como decorrência do aumento do contingente de trabalhadores com maiores níveis de escolaridade e da conseqüente redução daqueles dos estratos mais baixos

(analfabetos e os com até a oitava série do ensino fundamental incompleta).

A indústria da transformação, nos dois períodos e tanto no Rio Grande do Sul quanto no Brasil, permanece com médias de anos de estudo inferiores ao do total do emprego formal, porém o acréscimo de anos foi superior na indústria, para o RS a elevação foi de 3,6 anos de estudo na indústria enquanto o acréscimo no emprego total foi de 2,8 anos, para o Brasil a elevação foi de 3,4 anos de estudo na indústria e o acréscimo no emprego total foi de 3 anos, percebe-se com estes dados que o aumento dos anos de estudo na indústria gaúcha é superior ao do nacional e que o aumento dos anos de estudo no total do emprego gaúcho é inferior ao do nacional.

Para os subsetores percebe-se a mesma evolução, o aumento dos anos médios de estudo, elevando o patamar de escolaridade média e excedendo a conclusão do ensino fundamental, em todas as indústrias, tanto regional quanto nacional. Ao fim do período, no Rio Grande do Sul, o subsetor que apresenta maior média de anos de estudo é a indústria de material elétrico e de comunicações com 10,8 anos, média que não atinge a conclusão do ensino médio que corresponde a 11 anos, o subsetor que apresenta a menor média é a indústria de calçados com apenas 8 anos; no Brasil, são dois subsetores com maior média, a indústria de material elétrico e de comunicações e a indústria do material de transporte, ambas com a média de 10,7 anos, os subsetores que apresentam menor média são a indústria de produtos minerais não metálicos e a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, ambas com a média de 8,4 anos. Os trabalhadores da indústria do material de transporte foram os que mais elevaram sua média de anos de estudo no Rio Grande do Sul, 4,3 anos, o subsetor que menos elevou a média foi a indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, com apenas 2,7 anos a mais. No Brasil, o subsetor com maior acréscimo na média de anos de estudo foi a indústria do material de transporte, com 4,2 anos a mais, o que teve o menor acréscimo foi a indústria de produtos minerais não metálicos, com a elevação de somente 3 anos na média.

4 AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E O IMPACTO SOBRE O EMPREGO INDUSTRIAL GAÚCHO

As transformações econômicas das últimas décadas, tais como a crise dos anos 80, os planos de estabilização econômica, a abertura comercial, a reestruturação produtiva e a âncora cambial, impactaram e transformaram o mercado de trabalho. A queda da participação do emprego industrial no mercado de trabalho é de suma importância, pois evidencia o precoce processo de desindustrialização. De acordo com o DIEESE (2011, p.3): “a desindustrialização seria caracterizada como uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente”.

O fato em si não é necessariamente negativo para a economia, o problema consiste no fato de países em processo de industrialização que ainda não atingiram o padrão de produtividade e competitividade internacional e possuem renda per capita baixa iniciarem o processo. No Brasil, a implantação da abertura comercial deu-se em meio à crise, com elevados níveis de inflação, deixando a indústria gaúcha, que possuía baixa produtividade e competitividade, vulnerável frente à concorrência internacional. Além da redução do número de empregos qualificados, a diminuição do peso da indústria pode acarretar em déficits em conta corrente, pois quanto maior a renda da população maior o consumo de produtos industrializados, conseqüentemente, sendo a produção interna insuficiente ou com baixa competitividade, mais elevada é a importação. Fora isso, a dependência econômica de produção de *commodities* fragiliza a economia nacional, segundo o DIEESE (2011, p.5):

A produção de *commodities* agrícolas e minerais, por mais importante e dinâmica que seja, não afasta o problema. A possibilidade de se agregar valor a esses produtos é extremamente limitada e seus preços se formam fora do mercado nacional, deixando poucas alternativas para a economia, caso a demanda por eles diminua ou os preços caiam. Enquanto simples exportador de produtos primários, o Brasil enfrentou, de forma sucessiva, crises cambiais arrasadoras, fruto de conjunturas internacionais adversas, que provocaram situações econômicas críticas e prejuízo para grande parte da sociedade.

No capítulo anterior foi demonstrada pela tabela 6, a redução da participação do emprego industrial no emprego total, a segunda condição para confirmação da hipótese de desindustrialização se dá através redução no Valor Adicionado Bruto da indústria gaúcha como proporção do PIB. Segundo Castilhos, Calandro e Campos (2010, p.53):

As transformações ocorridas nas três últimas décadas foram avaliadas com base em três indicadores. O primeiro — participação da indústria de transformação no Valor Adicionado Bruto — mostrou que, à semelhança do que ocorreu em âmbito do Brasil, o setor industrial reduziu sua participação no Valor Adicionado da economia. O segundo — participação do valor agregado sobre o Valor Bruto de Produção Industrial —, que expressa a utilização de insumos e componentes provenientes de fora do Estado ou a transferência de valor agregado, mostrou uma trajetória de queda no período 1996-2007, tanto para o Brasil quanto para o RS, mais acentuada no caso deste último. Essa queda reflete uma menor agregação de valor e a conseqüente perda de densidade do tecido produtivo.

Para explicar os movimentos do mercado de trabalho industrial no estado, este capítulo está dividido na análise das transformações de política econômica, na primeira parte, de 1985 a 1993 e as tentativas de estabilização monetária instituídas e, na segunda parte, de 1994 a 2008, a partir do Plano Real e a volta do crescimento econômico.

4.1 DA CRISE DOS ANOS 80 À LIBERALIZAÇÃO DOS ANOS 90: IMPACTOS SOBRE EMPREGO INDUSTRIAL

Após um período de grande crescimento da produção e do emprego industrial, o modelo de crescimento baseado na substituição de importações entrou em crise ao fim da década de 70, a década de 80 foi marcada pela estagnação econômica, pela inflação elevada, pela queda do nível dos investimentos e pelo elevado endividamento externo. Cabe ressaltar que o processo de redemocratização ocorre neste período de conturbações econômicas, com a posse do Presidente José Sarney, a Assembléia Constituinte em 1987 e a promulgação da Constituição da República em 1988.

Inicia-se neste período uma sucessão de planos econômicos de cunho heterodoxo, baseados no congelamento dos preços, tendo como principal objetivo a estabilização monetária e o saneamento das contas públicas. A intenção não é o aprofundamento nos planos econômicos e sim a contextualização no cenário econômico. Em 1986 é implementado o Plano Cruzado, cujas principais características foram a implantação de uma nova moeda, o congelamento de preços e salários, extinção da correção monetária, o gatilho salarial (reajuste de salários quando a inflação atingisse 20%), declarou a moratória e suspendeu o pagamento da dívida externa. Em 1987 é lançado o Plano Bresser, suas principais medidas foram a manutenção do congelamento de preços e salários, o fim do gatilho salarial, o aumento de tributos e a retomada das negociações com o FMI, suspendendo a moratória. Em 1989 ocorre uma nova tentativa de estabilização através do Plano Verão, caracterizado pelo congelamento de preços, controle do déficit público e a criação de nova moeda.

Segundo Jornada e Sternberg (2010), a reestruturação produtiva que seria a grande marca da trajetória econômica nos anos 90, foi iniciada no fim dos anos 70 e continuada nos anos 80, nos setores de ponta que introduziam as inovações de ordem tecnológica e organizacional adotadas pelos países desenvolvidos, porém com defasagem, pois os países desenvolvidos possuíam um processo de reestruturação produtiva adiantado. Portanto, o mercado de trabalho sofreria alterações a partir de duas questões, uma relacionada à conjuntura de política econômica característica do período e a outra relacionada com os novos processos de inovação tecnológica, de gestão e organizacional instituídas nas indústrias mais avançadas.

O novo paradigma tecnológico e produtivo instituído a partir destas transformações modificou o perfil do trabalhador industrial, a preferência por habilidades cognitivas e sociocomunicativas em detrimento de manipulativas e apreciação por conhecimentos gerais em detrimento de específicos, nesse contexto, os empregadores passaram a ter preferência à contratação de indivíduos com maior nível de escolaridade e qualificação profissional, o que indica maior seletividade no mercado de trabalho, fator aparente na elevação dos anos médios de estudo nos últimos anos, principalmente nos segmentos com maior modernização tecnológica (JORNADA E STERNBERG, 2010).

Conforme pode ser verificado na tabela 11, em 1986 o emprego na indústria de transformação variou positivamente 13,4%, em 1987 a variação foi de -2,2%, em 1988 variou 2,6% e em 1989 variou 2,3%, indicando a inconstância do mercado de trabalho no período que nada mais é do que o reflexo da situação econômica e das tentativas de recuperação dos sucessivos planos econômicos que não obtiveram sucesso em estabilizar a economia.

Tabela 11: Variação percentual do emprego formal nos subsetores da indústria de transformação do RS — 1985-1993

SUBSETORES	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1989-93
Ind de produtos minerais não metálicos	-7,3	-2,6	1,3	2,1	-9,5	-9,5	1,3	-4,2	-20,5
Ind metalúrgica	13,2	-1,9	-0,3	6,4	-13,0	-7,9	-5,7	6,7	-19,3
Ind mecânica	39,3	-7,9	-4,1	0,0	-18,5	-12,1	-7,1	9,5	-27,1
Ind do material elétrico e de comunicações	14,1	-0,2	-1,0	10,9	-10,7	-13,4	1,2	4,1	-18,5
Ind do material de transporte	21,3	0,4	2,5	7,5	-8,6	2,9	2,4	4,5	0,7
Ind da madeira e do mobiliário	18,1	-10,9	7,5	-0,2	-17,3	-4,7	4,2	8,7	-10,8
Ind do papel, papelão, editorial e gráfica	24,3	1,5	1,6	1,2	-11,9	-6,7	-8,2	-3,1	-26,9
Ind da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas.....	13,0	-3,1	8,0	3,4	-10,5	-9,3	2,7	1,6	-15,3
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	6,4	-2,4	3,0	8,7	-11,2	-9,5	8,8	3,7	-9,3
Ind. têxtil do vestuário e artefatos de tecidos ...	34,8	-12,8	0,1	3,5	-7,4	-17,6	-12,2	9,6	-26,5
Ind. de calçados	4,7	3,0	6,6	-1,4	-18,1	-0,3	10,4	8,7	-2,0
Ind. de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	7,7	1,5	-1,9	5,7	-10,1	-2,9	-3,4	-4,1	-19,1
Ind da Transformação.....	13,4	-2,2	2,6	2,7	-13,6	-6,1	1,2	4,7	-14,0

Fonte: Adaptado de Jornada e Sternberg (2010).

É neste cenário que o Plano Brasil Novo é implementado, Fernando Collor de Melo foi eleito quase sem experiência política, fora governador do estado de Alagoas nomeado pelo regime ditatorial, seu discurso era baseado no conceito do novo, devido a sua aparência e suas propostas de adesão as novas medidas liberais difundidas pelo Consenso de Washington. No dia seguinte à posse, o programa foi anunciado, tinha como principais medidas o congelamento de 80% dos bens privados por 18 meses, o aumento da abertura comercial, o congelamento de preços e salários, privatizações, a criação de uma nova moeda (cruzado novo), o aumento das taxas sobre transações financeiras, a diminuição dos incentivos fiscais, a elevação dos preços públicos, adoção do câmbio flutuante e a extinção de agências governamentais (CARVALHO, 2006).

As políticas de cunho neoliberal impactaram automaticamente na indústria de transformação, a indústria que era defasada e até então beneficiada por

medidas protecionistas ficou vulnerável à competitividade internacional, os reflexos no mercado de trabalho foram imediatos, como indicado na Tabela 11, em 1990 o emprego na indústria gaúcha varia -13,6%, cabe ressaltar a maior queda entre os subsetores, de -18,5% na indústria mecânica. No ano seguinte, em 1991, o emprego industrial varia -6,1%, o único subsetor a apresentar variação positiva foi a indústria do material de transporte, com variação de 2,9%, o subsetor com maior queda foi a indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido, com variação de -17,6%. Em 1992 o emprego apresenta uma leve recuperação de 1,2%, onde a indústria de calçados se destaca pela variação de 10,4% e a indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido apresenta o pior resultado, com queda de -12,2%. Em 1993 a variação é de 4,7%, com crescimento do emprego na maioria dos subsetores da indústria, os subsetores que apresentam variação negativa são a indústria de produtos minerais não metálicos, a indústria do papel, papelão e gráfica e a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, destaque para o crescimento do emprego industrial na indústria mecânica (9,5%) e na indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido (9,6%), ambas apresentavam variação negativa desde o ano de 1990. A variação média na indústria de transformação gaúcha, no período de 1989 a 1993, foi de -14%, o pior resultado foi da indústria mecânica (-27,1).

O período de 1990 a 1994 passou por forte reestruturação produtiva de caráter defensivo nas indústrias gaúcha e nacional para redução de custos de produção, marcada pelo aumento da produtividade da força de trabalho e reestruturação do chão de fábrica (CASTILHOS, CALANDRO E CAMPOS, 2010), porém, a queda do emprego industrial verificada no início da década não é de responsabilidade apenas do aumento da produtividade da força de trabalho, mas também da precarização do mercado de trabalho decorrente da política econômica adotada. Conforme Jornada e Sternberg (2010, p.117):

A drástica supressão de postos de trabalho na indústria não foi consequência só da redução da relação emprego/produto industrial, ou seja, da elevação da produtividade, mas também da terceirização praticada pelas empresas, que passaram a externalizar atividades que antes eram realizadas internamente, transformando parte do emprego industrial em atividade de serviço. Ademais, muitas empresas expostas à concorrência internacional não resistiram e fecharam as suas portas.

A liberalização comercial encontrou uma indústria dependente da proteção estatal, que não se encontrava nos níveis de competição internacional, podemos perceber conforme a Tabela 12, o aumento no total dos estabelecimentos industriais tanto no âmbito nacional quanto no regional, mas este aumento é puxado apenas pelas microempresas, no Rio Grande do Sul, de 1989 à 1993, houve a diminuição de 45 pequenos estabelecimentos, 82 médios e 52 grandes, no Brasil, no mesmo período, houve a diminuição de 3.357 estabelecimentos pequenos, 1.422 médios e 653 grandes.

Tabela 12: Distribuição do número de estabelecimentos industriais, por porte, no RS e no Brasil - 1989-1993

ANOS	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS RS					NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS BRASIL				
	Microem- presa	Pequena	Média	Grande	Total	Microem- presa	Pequena	Média	Grande	Total
1989	15.766	2.336	998	213	19.313	143.584	26.567	8.581	2.066	180.798
1990	16.842	2.262	916	145	20.165	156.390	25.483	7.762	1.671	191.306
1991	17.223	2.158	880	139	20.400	160.392	24.088	7.377	1.538	193.395
1992	16.691	2.177	876	147	19.891	154.110	22.534	7.015	1.410	185.069
1993	16.825	2.291	916	161	20.193	151.845	23.210	7.159	1.413	183.627

Fonte: Adaptado de Jornada e Sternberg (2010).

Em síntese, os planos econômicos implementados nos anos 80, não atingiram seus objetivos na estabilização econômica, conseqüentemente, o mercado de trabalho sofreu flutuações demonstrando forte instabilidade, neste cenário, as políticas liberalizantes adotadas no início dos anos 90, principalmente a abertura comercial, provocou reajustes estruturais na indústria gaúcha, modificando a organização e o gerenciamento da força de trabalho, aumentou a produtividade e diminuiu postos de trabalho.

4.2 O PLANO REAL E OS IMPACTOS NO EMPREGO INDUSTRIAL

Após o insucesso dos planos econômicos anteriores no controle da inflação, em 1994 é implementado o Plano Real que possuiu três fases de acordo com o Ministério da Fazenda: a) o estabelecimento do equilíbrio das contas do Governo, com o Programa de Ação Imediata - PAI, que era constituído pela redução

dos gastos da União, recuperação da receita tributária federal, equacionamento da dívida de Estados e Municípios para com a União, controle dos bancos estaduais e aumento das privatizações; b) a criação da Unidade Real de Valor – URV, como indexador de preços, salários e contratos, baseada na variação diária da taxa de câmbio e c) a criação de uma nova moeda, o Real, emitida com base na URV.

Segundo Silva (2002), a primeira fase da estabilização econômica foi a da âncora cambial, que consistiu na utilização da taxa de câmbio como âncora nominal, ou seja, o tamanho da base monetária não dependia de decisões isoladas do Banco Central, mas sim da quantidade de reservas internacionais acumuladas e das leis que relacionam o estoque de reservas com a criação de moeda. Os déficits em transações correntes só podiam ser financiados com superávits na conta movimentos de capitais, ou seja, pela entrada de capitais externos sob a forma de investimentos diretos, de capitais de portfólio ou pela ampliação da dívida externa via novos empréstimos junto ao sistema financeiro internacional. Prevalendo fluxos de capitais de curto prazo, as taxas de juros internas devem ser mantidas mais elevadas que as internacionais, como forma de atração de capitais. Juros muito elevados agravam os déficits públicos, aumentam a dívida interna e dificultam os investimentos, gerando vulnerabilidade do país a ataques especulativos à moeda nacional.

Inicialmente foi adotada uma banda cambial com limitação somente superior, posteriormente foi adotada a limitação inferior devido a apreciação cambial ocorrida que afetou a balança de transações correntes no período. Com a correção dos valores limite foi adotado um sistema de bandas móveis, também foi adotado um sistema de metas monetárias que eram consistentes com uma política cambial que buscava uma taxa de câmbio real constante, embora sobrevalorizada (SILVA, 2002).

Em 1999 o câmbio passa a ser flutuante devido a uma série de ataques especulativos ocasionados pela desconfiança no descumprimento das obrigações internacionais, gerando uma fuga de reservas, tornando insustentável a manutenção da taxa de câmbio baixa. Juntamente com o câmbio flutuante é adotada uma política de metas de inflação, como forma da manutenção da estabilização da moeda, esta política consiste no monitoramento do índice da inflação, se a previsão estiver acima da meta estabelecida, o Banco Central contém a atividade econômica através da

elevação da taxa de juros, esta política de juros elevados prejudica o investimento, prejudicando a produção e o emprego (JORNADA E STERNBERG, 2010).

Tabela 13: Variação percentual do emprego formal nos subsetores da indústria de transformação do RS — 1994-1999

SUBSETORES	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Ind de produtos minerais não metálicos	9,1	-5,1	4,8	1,4	0,3	0,9
Ind metalúrgica	1,6	-11,7	0,5	5,4	-5,5	-2,0
Ind mecânica	14,7	-10,7	-6,2	1,9	-8,9	10,5
Ind do material elétrico e de comunicações	22,0	-7,8	-3,1	-8,5	1,6	0,2
Ind do material de transporte	-3,6	-5,1	-2,4	14,6	-1,3	-4,2
Ind da madeira e do mobiliário	9,1	-9,4	0,3	4,5	-1,2	5,9
Ind do papel, papelão, editorial e gráfica	23,2	4,6	-0,9	-2,1	3,2	0,1
Ind da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas.....	-6,8	-12,4	3,1	-3,8	-3,2	5,8
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	14,3	-4,8	-1,0	-0,4	0,4	6,3
Ind. têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	-2,0	-13,5	-4,3	1,7	-0,7	2,9
Ind. de calçados	-12,2	-11,8	2,6	-12,7	-6,2	13,1
Ind. de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	12,7	10,5	-1,5	-5,0	4,5	5,7
Ind da Transformação.....	1,5	-6,6	-0,2	-2,9	-2,1	5,7

Fonte: Adaptado de Jornada e Sternberg (2010)

Durante o período da âncora cambial, ou seja, a primeira fase do Plano Real, pode-se visualizar através da Tabela 13, o impacto que a valorização cambial tem sobre o emprego na indústria gaúcha. O emprego tem variação positiva somente no primeiro ano do período e no último, quando ocorre a desvalorização cambial, cabe destacar o ano de 1995 que apresentou variação de -6,6%, segunda maior queda do período analisado, perdendo somente para o ano de 1990 (Tabela 11). O emprego na indústria gaúcha possuiu variação negativa no período por ser fortemente afetada pela valorização cambial devido ao forte vínculo com a agropecuária e com o setor externo. Conforme Castilhos, Calandro e Campos (2010, p.29):

Diferentemente da configuração brasileira, a matriz industrial gaúcha está fortemente vinculada ao agronegócio e inclui vários segmentos representativos que direcionam parte expressiva de sua produção para o mercado externo. Chama atenção, particularmente, a sensibilidade do seu comportamento à evolução da taxa de câmbio, que atuou como elemento inibidor do crescimento industrial nas fases de sobrevalorização da moeda nacional (1994-98 e 2004-1º

sem./08) e propulsor nas fases de desvalorização (1999- - 2003 e 2º sem./08).

Durante a segunda fase do Plano Real, verifica-se na Tabela 14 que o emprego industrial no Rio Grande do Sul apresenta variações positivas com exceção de 2005 que apresenta -3%, segundo Jornada e Sternberg (2010), esta retração ocorreu devido a uma valorização cambial no fim de 2004 e uma estiagem prolongada, somados a diminuição dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional. Cabe destacar o crescimento de 7% no ano 2000, 5,3% em 2001, 9,1% em 2004 e 5,3% em 2007. Quanto aos subsetores, destaca-se a indústria do material de transporte, que teve acréscimo no emprego de 26% em 2002 e 21,8% em 2004 e a indústria de calçados que dos 9 anos analisados na tabela 14, apresentou queda no emprego em 5.

Tabela 14: Variação percentual do emprego formal nos subsetores da indústria de transformação do RS — 2000-2008

SUBSETORES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	1993-08
Ind de produtos minerais não metálicos	-1,4	4,2	3,2	2,3	-0,4	-0,4	2,3	0,1	11,9	37,2
Ind metalúrgica	7,1	9,1	1,8	2,2	13,2	-6,1	5,3	11,2	5,2	40,0
Ind mecânica	3,3	6,5	8,8	9,4	9,0	-3,6	2,2	18,3	9,3	79,2
Ind do material elétrico e de comunicações	1,7	3,9	9,2	-3,4	11,7	2,8	3,5	7,4	7,5	55,3
Ind do material de transporte	13,4	-9,8	26,0	6,5	21,8	5,0	8,5	13,2	6,7	122,0
Ind da madeira e do mobiliário	7,9	3,5	4,2	-0,8	7,0	-3,7	2,4	3,0	0,7	37,3
Ind do papel, papelão, editorial e gráfica	11,5	0,8	5,3	-1,5	4,3	7,1	2,0	2,3	-0,2	75,3
Ind da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas.....	9,4	1,6	5,5	3,1	7,5	-10,9	6,9	1,0	-6,7	-3,2
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	7,3	12,4	-5,9	2,7	6,0	3,9	0,7	4,6	-1,4	52,4
Ind. têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	13,3	2,2	-3,5	1,8	8,0	-1,4	6,8	8,7	5,5	25,3
Ind. de calçados	11,6	7,5	0,7	-0,9	10,6	-11,4	-2,6	-2,6	-5,2	-22,2
Ind. de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	-0,9	5,7	3,4	5,6	6,8	4,6	4,9	5,6	4,0	89,5
Ind. da transformação.....	7,0	5,3	3,2	2,3	9,1	-3,0	2,9	5,3	1,8	32,0

Fonte: Adaptado de Jornada e Sternberg (2010).

A variação do emprego na indústria da transformação durante o período analisado que compreende o Plano Real (1994 – 2008) é de 32%, se destacam pela variação positiva os subsetores, neste mesmo período, indústria do material de transporte (122%), indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (89,5%), indústria mecânica (79,2%) e indústria do papel, papelão, editorial e gráfica (75,3%). Os únicos subsetores que possuem variação negativa são a indústria de

calçados (-22,2%) e a indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas (-3,2%).

Segundo Jornada e Sternberg (2010), a indústria que mais emprega no estado é a calçadista e foi o único segmento que teve variação divergente entre o RS e o Brasil, enquanto contraiu 22,2 % no estado, cresceu 19% no país, no período de 1994 a 2008. As autoras explicam este efeito pelo deslocamento de plantas industriais da indústria calçadista para o Nordeste, que são atraídas pelo menor custo da mão-de-obra e por benefícios fiscais e pela entrada de novos concorrentes com pólos instituídos no Ceará, Bahia, Santa Catarina e Minas Gerais.

Percebe-se através da Tabela 15 que na primeira fase do Plano Real (1994 – 1999) o período de forte apreciação cambial, o número de estabelecimentos nas indústrias nacionais e gaúchas cresceu impulsionado pelas microempresas e as pequenas empresas industriais, no Rio Grande do Sul, 101 empresas de porte médio e 21 de porte grande fecharam suas portas, no Brasil, 1035 de porte médio e 420 de porte grande. Na segunda fase, após a desvalorização cambial (2000 – 2008), aumenta o número de estabelecimentos industriais para todos os portes de empresas tanto na nacional quanto na regional.

Tabela 15: Distribuição do número de estabelecimentos industriais, por porte, no RS e no Brasil — 1994-2008

ANOS	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS RS					NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS BRASIL				
	Microem- presa	Pequena	Média	Grande	Total	Microem- presa	Pequena	Média	Grande	Total
1994	17.247	2.546	899	148	20.840	154.466	25.656	7.671	1.431	189.224
1995	18.782	2.434	795	143	22.154	174.442	25.841	7.193	1.330	208.806
1996	18.914	2.464	797	139	22.314	177.280	26.109	7.102	1.287	211.778
1997	20.571	2.546	783	116	24.016	189.335	27.318	6.874	1.141	224.668
1998	21.688	2.545	758	113	25.104	195.032	27.404	6.548	1.004	229.988
1999	22.472	2.731	798	127	26.128	199.426	28.775	6.636	1.011	235.848
2000	23.640	2.997	809	140	27.586	203.660	31.074	6.982	1.082	242.798
2001	24.905	3.151	869	142	29.067	209.459	32.190	6.962	1.120	249.731
2002	25.903	3.186	890	136	30.115	216.035	33.326	7.186	1.181	257.728
2003	26.184	3.306	897	154	30.541	220.091	34.095	7.287	1.233	262.706
2004	26.632	3.563	939	174	31.308	225.168	36.971	7.894	1.404	271.437
2005	27.547	3.444	885	171	32.047	232.769	38.412	7.988	1.449	280.618
2006	28.863	3.591	876	176	33.506	247.703	40.734	8.611	1.571	298.619
2007	29.171	3.742	946	173	34.032	253.052	42.737	9.138	1.755	306.682
2008	30.180	3.917	924	175	35.196	264.901	44.763	9.328	1.777	320.769

FONTE: Adaptado de Jornada e Sternberg (2010).

Após a desvalorização cambial de 1999, é retomado o crescimento econômico nacional, o mercado de trabalho formal ingressa em uma nova etapa, com a tendência de crescimento do emprego formal em ritmo maior do que o do PIB, devido à absorção pela indústria da elevação da regulamentação das relações trabalhistas e da expansão do agronegócio. Deve-se levar em conta que grande parte dos novos ingressos fazem parte do processo de formalização e não de criação de novos postos de trabalho. Deve-se destacar a desaceleração do crescimento do emprego industrial no ano de 2008, como efeito da crise financeira americana de 2007, que foi propagada, tornando-se crise internacional, e contraiu os mercados. (JORNADA E STERNBERG, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, assim como no restante do país, foi fortemente impactado a partir das transformações políticas, econômicas e sociais vivenciadas nas últimas décadas, alterando as características do emprego e o perfil da força de trabalho na indústria gaúcha.

Desde sua formação a indústria e o mercado de trabalho gaúcho possuem particularidades em relação à indústria nacional, originada do excedente da produção colonial imigrante e não do excedente da cafeicultura como a indústria paulista, caracterizada por pequenos estabelecimentos com mão-de-obra familiar, a indústria no Rio Grande do Sul se desenvolveu voltada para o mercado regional, alheia ao projeto de industrialização nacional, somente após a década de 30 a indústria no Rio Grande do Sul é integrada à dinâmica nacional e é consolidada sua posição ligada ao setor agropecuário.

O emprego industrial possuía a maior participação no emprego formal entre os setores da economia até 1996, quando o setor de serviços assume a posição de liderança, a participação do emprego industrial no emprego total permanece em queda até o fim do período, com exceção do ano de 2004.

A indústria calçadista é a indústria que mais emprega no estado, porém vem perdendo a participação no emprego total da indústria de transformação, a indústria de material de transporte é a que apresenta maior acréscimo na participação do emprego no período, 3,9%.

Quanto ao perfil do emprego, aumentou a participação da força de trabalho feminina na indústria, porém, ainda de forma incipiente, sendo inferior ao aumento da participação da mulher no emprego formal total, a indústria permanece prioritariamente masculina. Ainda sobre o perfil do trabalhador industrial, foi verificado o aumento nos anos de estudo, excedendo os anos correspondentes a conclusão do ensino fundamental, indicando a maior seletividade por parte dos empregadores. Até 2008, nenhum dos subsetores da indústria havia atingido média de anos de estudo correspondente à conclusão do ensino médio. Também foi constatado o aumento da idade média do trabalhador industrial que atingiu o patamar de 33,9 anos, através da redução dos empregados até 17 anos e o aumento dos empregados com mais de 40 anos, reflexo do crescimento da população gaúcha que possui taxa de natalidade decrescente, apresentando

envelhecimento da população, a projeção populacional realizada pela FEE, indica a diminuição da população por volta de 2025.

As transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram nas últimas décadas, tiveram forte impacto no mercado de trabalho gaúcho. A década de 80 foi marcada como período de crise e estagnação econômica, a alta da inflação e o elevado endividamento externo, o esgotamento do processo de substituição de importações e o fim do Estado como motor do desenvolvimento. As tentativas de estabilização monetária, através dos sucessivos planos econômicos, não obtiveram êxito e o reflexo no mercado de trabalho foi um comportamento errático, com períodos de aumento no emprego seguidos por baixas.

A década de 90 inicia com a implantação de políticas liberalizantes, tais como o processo de abertura comercial e financeira, desregulamentação dos mercados, redução do papel do Estado e a reestruturação produtiva, principalmente de caráter defensivo nas indústrias com o intuito de redução nos custos de produção, aumentando a produtividade da força de trabalho. O reflexo da adoção de tais políticas no mercado de trabalho foi fortemente negativo, marcando um período de não apenas retração na geração de postos de trabalho, como também de precarização do trabalho, devido à flexibilização das relações trabalhistas, através da informalização e da terceirização da mão-de-obra.

A análise do emprego durante o Plano Real é dividida em dois períodos, primeiramente, o período da âncora cambial (1994-1999), quando a valorização cambial impacta negativamente sobre o emprego industrial devido ao forte vínculo do setor industrial com a agropecuária e com o setor externo. Durante a segunda fase do Plano Real, iniciada com a desvalorização cambial de 1999, percebe-se a retomada do crescimento do emprego industrial gaúcho com exceção apenas do ano de 2005, por cauda da valorização cambial do final de 2004 somada à estiagem e também da diminuição do preço das commodities no mercado internacional, esta melhoria nos indicadores de trabalho e crescimento do trabalho formal, indicam a diminuição do movimento de precarização da força de trabalho identificada nos períodos anteriores, ou seja, parte do crescimento no nível do emprego identificado, não corresponde ao aumento dos postos de trabalho e sim a absorção no mercado de trabalho formal.

Em 2008, tem-se uma desaceleração do crescimento do emprego na indústria de transformação gaúcha, porém a variação ainda é positiva, como reflexo

da crise financeira dos Estados Unidos de 2007, que se expandiu para o resto do mundo contraindo os mercados internacionais.

A análise da queda da participação do emprego industrial no mercado de trabalho é importante para o debate sobre o processo de desindustrialização. O emprego na indústria gaúcha está perdendo a participação no emprego total e a produção apresenta redução na participação no Valor Adicionado Bruto/PIB, indicando que, à semelhança do que ocorreu em âmbito nacional, o setor industrial está passando por um processo de redução, no longo prazo este movimento tende a ser preocupante, pois além da redução do número de empregos qualificados, a diminuição do peso da indústria pode acarretar em déficits em conta corrente, pois quanto maior a renda da população maior o consumo de produtos industrializados, conseqüentemente, sendo a produção interna insuficiente ou com baixa competitividade, mais elevada é a importação. Ainda sob este ponto de vista, a dependência econômica da produção de *commodities* vulnerabiliza a economia na medida em que agrega pouco valor ao produto e a formação de preços ocorre no mercado internacional.

REFERÊNCIAS

AREND, Marcelo; CARIO, Silvio A. F. Desenvolvimento e Desequilíbrio Industrial no Rio Grande do Sul: uma análise secular evolucionária. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.19, n.2 (39), p. 381-420, agosto. 2010.

CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.16, n.1, p. 101–134, janeiro-abril. 2006.

CARVALHO, Laura Barbosa de. (2010). Diversificação ou Especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira nas últimas décadas. **Revista do BNDES**, n.33, p.233-280, junho. 2010.

CASTILHOS, Clarisse C.; CALANDRO, Maria L.; CAMPOS, Silvia H. Reestruturação da indústria gaúcha sob a ótica da reordenação da economia mundial. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C.(Org.). **O movimento da produção**. (Três décadas de economia gaúcha, v.2). Porto Alegre: FEE. 2010. p.16-58.

CASTRO, Antonio B. de. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: uma interpretação. **Revista de Economia Política**, v.21, n.3 (83), julho-setembro. 2001.

CHAVES, André Luiz L.; DE TONI, Miriam; KRELING, Norma Hermínia. O mercado de trabalho da RMPA a partir dos anos 90: precarização e (re)estruturação em duas décadas de transformações. In: **A evolução social**. (Três décadas de economia gaúcha, v.3), Porto Alegre: FEE, 2010. p. 70-98..

COSTA, Patrícia L.; OLIVEIRA, Sirlei M.(2003). A inserção da mulher nos setores de atividade econômica dos mercados de trabalho metropolitanos: reafirmando desigualdades. **Rev. Mulher e trabalho**, Porto Alegre, v.3, p. 70-93.

Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil. DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos: Nota Técnica, n. 100, junho/2011. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3052393E013055A36C450E9D/dieese_nt100.pdf>. Acesso em: abril de 2013.

FEIJÓ, Carmem A.; CARVALHO, Paulo G. M. A evolução da estrutura industrial. **IEDI – Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial**. São Paulo: setembro/2008. Disponível em:

<http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20080930_estrutura_ind.pdf>. Acesso em: nov. de 2012.

FLIGENSPAN, Flávio. B. (Org.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.

FONSECA, Pedro C. D. Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 30. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.23, n.1(89), p.133-148, janeiro-março. 2003.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, (25 Anos de Economia Gaúcha, v.4). 1976.

HERRLEIN JR., Ronaldo (2000). Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul: 1920-1950. **Rev. Sociol. Política**. Curitiba, n.14, p. 103-118, junho. 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br.htm>>. Acesso em: maio de 2013.

JORNADA, Maria Isabel H.; STERNBERG, Sheila S. Wagner (2010). Transformações no emprego formal na indústria de transformação do RS: 1985 – 2008. In: **A evolução social**. (Três décadas de economia gaúcha, v.3), Porto Alegre: FEE, 2010. p. 100-139.

MACARINI, José Pedro. Governo Geisel: Transição político-econômica? Um ensaio de revisão. **Revista Economia Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.30-61, janeiro-abril. 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História da Indústria Rio-Grandense**. Guaíba: Riocell, 1985.

SILVA, Maria Luiza F. Plano Real e Âncora Cambial. **Revista de Economia Política**, v.22, n.3(87), julho-setembro. 2002.

TARGA, Luiz Roberto P. O Rio Grande do Sul: Fronteira entre duas formações históricas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.11, n.2, p. 308-344.1991.